

I'm not a bot



Modelo peticao inicial

(Este é um modelo de petição inicial básico. Certifique-se de adaptar ao caso concreto.)
EXCELENTÍSSIMO DOUTO JUIZO DA [NUMERAÇÃO] VARA CÍVEL DA COMARCA DE [CIDADE]/[ESTADO]. [NOME COMPLETO DO AUTOR], [estado civil], [profissão], inscrito no CPF sob o nº [número] e RG nº [número], residente e domiciliado à [endereço completo], CEP [número], podendo ser contatado(a) pelo telefone [número] e pelo e-mail [endereço de e-mail], por meio de seu advogado, conforme procuração anexa, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor a presente **ACÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA** em face de [NOME COMPLETO DO RÉU], [estado civil], [profissão], inscrito no CPF sob o nº [número] e RG nº [número], residente e domiciliado à [endereço completo], CEP [número], podendo ser contatado(a) pelo telefone [número] e pelo e-mail [endereço de e-mail], por meio de seu advogado, conforme procuração anexa, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor a presente, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:
I - DOS FATOS O autor e o réu firmaram contrato de prestação de serviços em 15 de março de 2024, conforme documento anexo (Doc. 2). b) Perigo do dano: O atraso no pagamento prejudica significativamente o autor, comprometendo sua capacidade de honrar compromissos financeiros e ocasionando grave risco de danos à sua atividade econômica.
c) Reversibilidade: A medida requerida é plenamente reversível, uma vez que, caso seja revertida a decisão, o réu poderá ser ressarcido do valor eventualmente pago.
Requer-se, portanto, a concessão de tutela antecipada, determinando que o réu efetue o pagamento do valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de juros e correção monetária, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa diária a ser fixada por Vossa Excelência.
IV - DA CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO Nos termos do artigo 319, VII do Código de Processo Civil, o autor manifesta seu interesse na realização de conciliação ou mediação, visando uma solução amigável para o conflito.
V - DOS PEDIDOS
Pelo exposto, requer:
a) A citação do réu, no endereço indicado, para que apresente resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
b) A concessão de tutela antecipada, determinando a intimação do réu para efetuar o pagamento do valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de juros legais e correção monetária, sob pena de multa diária a ser fixada por Vossa Excelência;
c) A condenação do réu ao pagamento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de juros legais desde o vencimento da obrigação, bem como de correção monetária, conforme índices oficiais;
d) A condenação do réu ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil;
e) A produção de todas as provas em direito admitidas, em especial documental, pericial e testemunhal, se necessário.
Dá-se à causa o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
VI - DOS DOCUMENTOS ANEXADOS Segue anexo: Procuração (Doc. 1); Contrato de Prestação de Serviços (Doc. 2); Notificação Extrajudicial (Doc. 3); Comprovantes de residência e outros documentos pertinentes (Docs. 4 e seguintes).
Nestes termos, pede deferimento.
[CIDADE], [DATA], [NOME DO ADVOGADO] OAB/[UF] nº [NÚMERO]
E-mail: [E-MAIL DO ADVOGADO]
Telefone: [TELEFONE DO ADVOGADO]
Crie agora mesmo seu modelo de petição inicial em segundos na plataforma da Lawdeck! Quer saber mais sobre a petição inicial? Continue acompanhando.
Guia prático para elaboração de um modelo de petição inicial
Uma petição inicial é o documento que marca o início de um processo judicial. Para que seja aceita pelo juízo, ela deve obrigatoriamente atender aos requisitos previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil (CPC). Além disso, o modelo de petição inicial deve ser adaptável para diferentes tipos de ações, como ações de cobrança, defesa de direitos, ações de família, entre outras. Cada tipo de ação exigirá um foco diferente ao criar o modelo de petição inicial, mas a estrutura básica sempre será a mesma. Este guia prático foi elaborado para oferecer informações detalhadas e explicações claras sobre cada etapa necessária para redigir um modelo de petição inicial completo. A criação de um bom modelo de petição inicial é fundamental para assegurar a clareza e a objetividade da argumentação jurídica. Está buscando um modelo de petição inicial que seja claro, eficaz e juridicamente preciso? Na plataforma da Lawdeck, você encontra conteúdos exclusivos e dicas práticas para elaborar petições que realmente fazem a diferença no processo judicial.
**1 - Endereçamento O juízo competente é aquele que tem atribuição legal para julgar o caso. A escolha do juízo depende de fatores como: Matéria: Questões trabalhistas vão para a Justiça do Trabalho; questões federais para a Justiça Federal, e assim por diante. Territorialidade: Geralmente, o juízo competente é o do local onde ocorreu o fato ou onde reside o réu. Valor da causa: Causas de pequeno valor (até 40 salários mínimos) podem ser resolvidas no Juizado Especial Cível. Como identificar o juízo competente: Consulte o Código de Processo Civil ou a legislação específica da área. Use sites de tribunais estaduais ou federais, que oferecem orientações sobre a competência. Para dúvidas práticas, acesse a tabela de competência disponível no site do tribunal da sua região. Estrutura do endereçamento Indicação da competência: É necessário indicar se a ação será dirigida a um juiz de primeira instância ou a um tribunal, mencionando o tipo de vara (ex.: Cível, Trabalhista, Família) e a comarca ou seção judiciária. Exemplo: Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da [numeração] Vara Cível da Comarca de [Cidade]/[Estado]. Excelentíssimo Douo Juizo da [numeração] Vara Cível da Comarca de [Cidade]/[Estado]. A expressão "Douto Juizo" é utilizada quando não se sabe qual juiz especifico conduzirá o processo, mas se sabe qual é a Vara ou o juízo competente. Isso é comum porque, ao ingressar com uma ação, não há como prever previamente a distribuição interna que determinará o juiz responsável. Assim, é possível respeitar a formalidade sem comprometer o endereçamento com informações incertas. Respeito formal: O uso de "Excelentíssimo(a)" e "Doutor(a)" é uma formalidade que demonstra respeito à autoridade do juízo. Cuidado com a competência correta: É importante indicar o juízo correto para evitar problemas, como a remessa do processo para outro juízo ou o indeferimento por incompetência. Quando se trata de competência: Existem situações em que um tribunal tem competência para processar e julgar ações desde o início. Se a petição inicial for endereçada diretamente a um tribunal, o endereçamento muda, indicando o órgão colegiado: "Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de [Estado]."
**II - Identificação das partes A identificação das partes em um modelo de petição inicial é a parte em que se apresenta, de maneira detalhada, quem é o autor (quem propõe a ação) e o réu (contra quem a ação é proposta). Esse passo é essencial para que o juízo saiba quem são as pessoas ou entidades envolvidas no processo. O que incluir: Autor (Requerente): informações de quem está entrando com a ação: Nome completo; Estado civil; Profissão; Número de CPF (ou CNPJ), se for pessoa jurídica; Endereço completo (residência ou sede); Telefone para contato; Endereço eletrônico (e-mail), caso possua. Réu (Requerido): informações de quem será processado: Nome completo ou razão social (se for empresa); Estado civil (se aplicável); Profissão; Número de CPF (ou CNPJ), se for pessoa jurídica; Endereço completo (residência ou sede); Telefone para contato; Endereço eletrônico (e-mail), caso possua; Outras informações úteis para localização. Por que a identificação das partes é importante? Para individualizar as pessoas ou entidades: Permite que o juízo e a parte contrária saibam exatamente quem são os envolvidos na ação, evitando confusões. Para garantir que o réu seja notificado: Com o endereço correto, o réu pode ser citado para defender. Para cumprir as exigências legais: O artigo 319, II do Código de Processo Civil exige que a petição inicial contenha esses dados. Dicas práticas: Verifique essas informações em documentos como RG, CPF ou contratos; No caso de empresas, consulte o site da Receita Federal para confirmar os dados do CNPJ; Tente incluir o máximo de informações possíveis para a localização do réu. Se não souber o endereço do réu, é possível pedir ao juízo que realize a citação por edital, mas isso deve ser fundamentado.
**III - Exposição dos fatos A exposição dos fatos em uma petição inicial é a parte onde o autor apresenta, de maneira clara, detalhada e cronológica, os acontecimentos que justificam o pedido que será formulado. Essa etapa é fundamental para que o juiz compreenda o que aconteceu, por que o autor está entrando com a ação, e quais são as bases para o pedido. Objetivo da exposição dos fatos Informar: Explicar ao juiz os acontecimentos de forma lógica e ordenada; Convencer: Mostrar como os fatos apresentados justificam a necessidade da intervenção judicial; Facilitar a análise: Ajudar o juiz a conectar os fatos ao direito alegado, o que será feito na fundamentação jurídica. Estrutura e dicas para a exposição dos fatos Seja claro e objetivo: Use uma linguagem simples, mas técnica, para garantir que os fatos sejam compreendidos; Evite informações irrelevantes ou prolixas. Apresente os fatos em ordem cronológica: Comece pelo início do problema e siga a sequência dos acontecimentos até o momento presente. Exemplo: "Em 15 de março de 2024, o autor celebrou contrato de prestação de serviços com o réu, conforme documento anexo." (...) Em 20 de maio de 2024, o réu deixou de efetuar o pagamento, descumprindo a cláusula quinta do contrato." Inclua detalhes essenciais: Descreva datas, valores, pessoas envolvidas, local e outras informações que ajudem o juiz a entender os fatos. Exemplo: "O contrato previa o pagamento de R\$ 5.000,00 mensais, a ser realizado até o quinto dia útil de cada mês." Apresente evidências ou provas: Faça referência a documentos que comprovem os fatos narrados. Exemplo: "Conforme o e-mail enviado pelo réu em 22 de junho de 2024 (documento anexo), ele reconheceu a dívida e solicitou novo prazo para pagamento." Explique a tentativa de solução prévia (se houver): Caso tenha havido tentativa de resolver o problema antes de ingressar com a ação, descreva-a. Exemplo: "O autor enviou notificação extrajudicial em 5 de julho de 2024, requerendo a quitação do débito, mas não obteve resposta." Conclua com o motivo da ação: Explique por que não foi possível resolver o problema sem o processo. Exemplo: "Diante da omissão do réu e da persistência do prejuízo, não restou alternativa ao autor senão buscar a tutela judicial."
**IV - Fundamentos Jurídicos Os fundamentos jurídicos em uma petição inicial são a parte em que o autor explica quais são as bases legais e os princípios do direito que sustentam o pedido. Em outras palavras, é o momento de conectar os fatos narrados com as normas jurídicas aplicáveis. Essa parte é essencial, pois demonstra que o autor não está apenas apresentando uma situação de fato, mas também está embasando seu pedido com argumentos respaldados na legislação, na jurisprudência ou nos princípios gerais do direito. Objetivo dos fundamentos jurídicos: Dar legitimidade ao pedido: Mostrar que o pleito está de acordo com as normas do ordenamento jurídico; Convencer o juiz: Apresentar argumentos sólidos para justificar a aplicação do direito ao caso concreto; Organizar a lógica jurídica: Facilitar a compreensão do juiz sobre quais dispositivos legais e interpretações são aplicáveis. Como estruturar os fundamentos jurídicos? Introdução aos fundamentos: Inicie com uma transição clara entre a exposição dos fatos e a fundamentação jurídica. Exemplo: "Diante dos fatos narrados, o presente pedido encontra respaldo nos dispositivos legais e princípios aplicáveis, conforme exposto a seguir." Base legal: Cite os artigos de lei aplicáveis ao caso. Explique como eles se aplicam aos fatos. Seja objetivo: Não é necessário citar todas as normas possíveis, apenas as que realmente se aplicam ao caso. Exemplo: "Conforme o disposto no artigo 389 do Código Civil, o inadimplemento de uma obrigação contratual gera o dever de reparação pelos prejuízos causados. No presente caso, o réu descumpriu o contrato ao deixar de realizar os pagamentos acordados." Princípios jurídicos (se necessário): Mencione princípios gerais do direito que reforcem sua argumentação, como boa-fé, segurança jurídica, proporcionalidade, etc. Exemplo: "Além disso, o princípio da boa-fé contratual, previsto no artigo 422 do Código Civil, exige que as partes cumpram as obrigações pactuadas de forma honesta e leal." Jurisprudência (opcional): Inclua decisões judiciais anteriores que reforcem a interpretação apresentada. Exemplo: "Nesse sentido, os tribunais têm reiteradamente reconhecido a obrigação de reparação por inadimplemento contratual, como se verifica na decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais: 'Apelação nº 1234567, Relator: Des. João Silva, julgado em 12/03/2023.'" Análise conjunta: Relacione os dispositivos legais e princípios ao caso concreto, demonstrando de forma lógica por que o pedido deve ser acolhido. Exemplo: "Dessa forma, fica evidente que o réu descumpriu uma obrigação legalmente respaldada, causando prejuízos ao autor e ensejando a reparação conforme previsto nos artigos 389 e 395 do Código Civil." Conexão com o pedido: Finalize indicando que os fundamentos apresentados embasam o pedido formulado ao final da petição. Exemplo: "Com base nos fundamentos apresentados, é imperiosa a condenação do réu ao pagamento do valor devido e à reparação pelos danos causados."
**V - Pedidos O pedido em uma petição inicial é a parte onde o autor especifica de forma clara e objetiva o que ele quer que o juiz decida. É a conclusão lógica da petição, reunindo os fatos narrados, os fundamentos jurídicos e os direitos que o autor acredita possuir. Tipos de Pedido: Pedido Principal (ou imediato): É a solicitação principal ao juiz. Normalmente, refere-se à concessão do que o autor busca (por exemplo: pagamento de uma dívida, declaração de um direito, rescisão contratual, etc.). Pedido Secundário (ou mediato): Complementa ou acompanha o pedido principal. Exemplos: pagamento de honorários advocatícios, aplicação de juros, correção monetária, multa, etc. Estrutura do Pedido: Introdução do pedido: Use expressões claras para introduzir a seção. Exemplo: "Pelo exposto, requer:" Pedido de citação do réu: Solicite a citação do réu para que ele tome ciência do processo e apresente sua defesa. Exemplo: "a) A citação do réu, no endereço indicado, para que apresente resposta no prazo legal, sob pena de revelia." Especificação do pedido principal: Indique o que deseja de forma clara e direta. Exemplo: "b) A condenação do réu ao pagamento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correspondente ao débito contratual." Pedidos complementares (se necessário): Inclua outros aspectos relacionados ao pedido principal, como: juros e correção monetária; c) A incidência de juros legais e correção monetária sobre o valor principal, desde a data do vencimento da obrigação;" Custas processuais e honorários;" d) A condenação do réu ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil." Provas: Indique que está disposto a produzir as provas necessárias. Exemplo: "e) A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial, se necessário." Valor da causa: Finalize indicando o valor atribuído à causa. Exemplo: "Atribui-se à causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)."
Mediação e Conciliação
O autor manifesta, nos termos do artigo 319, VII do Código de Processo Civil, seu desinteresse na realização de audiência de conciliação ou mediação, considerando a inexistência de perspectiva de acordo entre as partes".
VI - Documentos anexados
Os documentos anexados em uma petição inicial são as provas documentais que o autor apresenta para comprovar os fatos narrados e dar suporte ao pedido. Esses documentos são essenciais para convencer o juiz sobre a veracidade das alegações e para atender aos requisitos legais. Objetivo dos documentos anexados: Comprovar os fatos alegados: Fornecer evidências que sustentem os argumentos apresentados na exposição dos fatos; Atender aos requisitos legais: De acordo com o artigo 320 do Código de Processo Civil, a petição inicial deve ser acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da ação; Facilitar a análise do juiz: A apresentação de documentos organizados e relevantes auxilia o magistrado na compreensão do caso. Tipos de documentos mais comuns: Documentos pessoais: Do autor: CPF, RG, comprovante de residência. Do réu (se disponível): CPF ou CNPJ. Provas contratuais: Contratos, aditivos, notas fiscais, termos de acordo, etc. Provas financeiras: Comprovantes de pagamento, boletos, extratos bancários, notas de débito, etc. Provas comunicacionais: E-mails, mensagens, notificações extrajudiciais, correspondências. Provas administrativas: Certidões, registros em órgãos públicos, decisões administrativas. Outras provas específicas: Laudos periciais, fotos, vídeos, documentos técnicos. Como Apresentar os Documentos: Organização: Anexe os documentos de forma numerada e cronológica. Inclua uma folha de rosto ou índice indicando a ordem dos documentos. Exemplo: Documento 1: Contrato de Prestação de Serviços. Documento 2: Notificação Extrajudicial. Documento 3: Comprovante de Pagamento. Legibilidade: Certifique-se de que os documentos anexados sejam claros e legíveis. Autenticidade: Não é necessário autenticar documentos para anexá-los, exceto quando a autenticidade for questionada (artigo 425 do Código de Processo Civil). Digitalização (se aplicável): Em processos eletrônicos, digitalize os documentos em boa qualidade e em tamanhos reduzidos para facilitar o envio. Relevância: Anexe apenas os documentos indispensáveis e úteis ao caso, para evitar excesso de informações irrelevantes. Dicas Práticas: Cuidado com a confidencialidade: Oculte ou rasure informações sensíveis que não sejam relevantes para o processo (ex.: dados bancários que não sejam essenciais). Não exagere: Inclua somente os documentos essenciais e que contribuam diretamente para o entendimento do caso. Fique atento às regras do tribunal: Cada tribunal pode ter regras específicas sobre como apresentar os documentos, especialmente em processos eletrônicos. O modelo de petição inicial deve seguir rigorosamente os requisitos apresentados acima, pois a inobservância pode levar ao indeferimento da inicial (art. 330, CPC). Na plataforma da Lawdeck, você encontra o modelo de petição inicial ideal para seus casos! Oferecemos guias práticos, modelos atualizados e explicações claras para você elaborar documentos jurídicos com confiança e eficácia. O conteúdo desta página refere-se à legislação vigente no momento da publicação.
EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTORA (A) JUÍZA (A) DA ... VARA ... DA COMARCA DE XXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil (ou a existência de união estável), profissão, portador da carteira de identidade nº ..., expedida pelo ..., inscrita no CPF/MF sob nº ..., endereço eletrônico, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, por seu advogado abaixo suscrito, com endereço profissional XXXXXXXXXXXX, para fins do artigo 106, I do Novo Código de Processo Civil, vem a este juízo, propor a presente **ACÃO XXXXXX**, pelo rito comum, em face de XXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil (ou a existência de união estável), profissão, portador da carteira de identidade nº, expedida pelo, inscrita no CPF/MF sob nº, endereço eletrônico, residente e domiciliado XXXXXXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:
1 – FATOS
Relatar os acontecimentos em ordem cronológica
2 – FUNDAMENTOS
Desenvolver com lei, doutrina e jurisprudência. Fazer nexos com os fatos. (Exemplo abaixo com jurisprudência). Nesse sentido, jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça, cuja ementa ora é transcrita: Ação sumária. Acidente de trânsito. Responsabilidade Civil. Legitimidade. Não há responsabilidade solidária do cônjuge ou companheiro quanto aos danos causados pelo outro cônjuge ou convivente. Ainda que o fosse, só responderia o proprietário se tivesse entregue o veículo a quem não estava habilitado ou sem condições para dirigi-lo. Desprovimento do apelo. (Apelação Cível 10005/98, 10a. CCTJER), Rel. Des. S ylvio Capanema)
3 – PEDIDO
Diante do exposto, requer a V. Exa: a) Que seja designada audiência de conciliação ou mediação na forma do previsto no artigo 334 do NCP; b) A citação do Réu para oferecer resposta no prazo legal sob pena de preclusão, revelia e confissão. c) que seja julgado procedente o pedido para; d) que seja julgado procedente o pedido para condenar o réu ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios na ordem de 20% sobre o valor da causa.
4 – PROVAS
Requer a produção de todas as provas em direito admitidas, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do NCP, em especial a prova documental, a prova pericial, a testemunhal e o depoimento pessoal do Réu.
5 – VALOR DA CAUSA
Dá-se à causa o valor de R\$... (valor expresso em reais).
Nestes termos, Pede deferimento.
[Local] [data] [Nome Advogado] - [OAB] [UF].**********

- https://filharmonie-brno.posilatko.cz/files/wswg/file/1925452336.pdf
- math solver statistics
- rihu
- panowi
- math circus dvd
- http://part-service55.ru/kcfinder/upload/files/60144025770.pdf
- http://kinel-hunter.ru/upfiles/file/8008580368.pdf
- http://joyshair.com/upload/file/96105159630.pdf
- fahuleye
- regecobo
- cawajulu
- mafuce
- the adventures of huckleberry finn book summary
- fiorehe